



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ADOÇÃO DO CREDENCIAMENTO

PROCESSO SEI Nº 23243.015689/2024-03

DOCUMENTO SEI Nº 2756776

INTERESSADO(S): COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA, DIRETORIA DE ENSINO, DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, CLÍNICA VETERINÁRIA, COORDENAÇÃO DE LABORATÓRIOS

<i>Campus:</i> Jaru	Assunto: Justificativa para adoção do procedimento de credenciamento para o fornecimento de medicamentos veterinários, rações para animais, reagentes e materiais de laboratório.
------------------------	---

1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO E DO OBJETO

Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Objeto: Contratação, por meio de procedimento de credenciamento, de fornecedores para o fornecimento de medicamentos veterinários, rações para animais, reagentes e materiais de laboratório, para atendimento das demandas da instituição.

Fundamento Legal: Artigos 74, incisos II e V, 79, inciso III, e 150, todos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a opção pelo procedimento de **credenciamento**, em detrimento do procedimento licitatório comum (pregão), para a aquisição dos materiais especificados, com base nas peculiaridades do objeto, no histórico institucional e nos princípios e dispositivos da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021).

2.1. Natureza do Objeto, Volatilidade de Preços e Insucesso dos Procedimentos:

O objeto em comenda caracteriza-se por itens de alta especificidade técnica e significativa **volatilidade de preços no mercado**. Medicamentos veterinários, rações, reagentes e materiais de laboratório estão sujeitos a variações bruscas de custo, influenciadas por fatores como sazonalidade, custo de insumos (commodities), logística internacional, câmbio e inovações tecnológicas.

Esta volatilidade inviabiliza a fixação de um preço unitário estável, que é requisito fundamental para um pregão, cujo resultado culmina em um contrato com preços firmes por um período determinado. A ineficácia do modelo tradicional é comprovada pelo **histórico recente e recorrente de insucessos** nesta área, conforme demonstrado nos processos administrativos do IFRO: **23243.011210/2024-51, 23243.010812/2024-91, 23243.015883/2024-81, 23243.010812/2024-91**, os quais restaram **fracassados ou desertos**, consumindo recursos administrativos e retardando o atendimento das necessidades da instituição.

Esta realidade prática demonstra a **inviabilidade da competição** via pregão para este objeto específico, conflitando diretamente com os **Princípios da Eficiência e da Economicidade** (Art. 4º, II e III, da Lei 14.133/2021), que impõem à administração pública a adoção dos meios mais adequados para atingir seus objetivos com economicidade, rapidez e qualidade, otimizando a aplicação dos recursos públicos.

2.2. Análise da Inviabilidade de Competição e Amparo Legal ao Credenciamento:

Conforme orientação doutrinária e consultiva, “em que pese a ausência de regulamentação até o momento, o alargamento das possibilidades de aplicação do credenciamento exige como contrapartida o exame rigoroso

da inviabilidade de competição de que trata o caput do art. 74 c/c inciso IV, e art. 79, da Lei n. 14.133/21. Por conseguinte, é imperioso ao gestor avaliar as circunstâncias do caso concreto, tendo em vista as peculiaridades da demanda, os motivos pelos quais a competição se mostra inviável”.

Neste cenário, fica evidente que a “existência de circunstância concreta que inviabilize a disputa” está configurada pela **combinação da volatilidade de preços com o histórico de insucessos**, tornando sem efeito uma eventual deflagração de novo procedimento licitatório na modalidade pregão. A opção pelo credenciamento não se deve à natureza do objeto *per se*, mas a esta **circunstância fática concreta** que impede a competição eficaz.

O enquadramento legal direto ocorre nos termos do **Art. 79, inciso III**, da Lei 14.133/2021, que autoriza o credenciamento para a “contratação de bens de natureza singular, ou de bens comuns com preços formados em mercado competitivo, cujos preços, pela sua sazonalidade ou volatilidade, não possam ser convenientemente fixados com antecedência para um determinado período”.

Além disso, o entendimento do Tribunal de Contas consolida a viabilidade desta opção: “Ressalvadas as especificidades aplicáveis a cada espécie, ainda que pendente de regulamentação, é possível a utilização do credenciamento fundado no inciso III do art. 79 da Lei n. 14.133/21 para a contratação de bens comuns tais como medicamentos (...), desde que as circunstâncias de aquisição se amoldem às exigências legais e sejam devidamente justificadas, demonstrando-se a vantajosidade do credenciamento para a Administração”. Este precedente é aplicável *in verbis* ao caso em tela, que envolve medicamentos veterinários e insumos de laboratório.

2.3. **Vantajosidade e Adequação ao Modelo de Credenciamento:**

O procedimento de **credenciamento** (Art. 79 da Lei 14.133/2021) apresenta-se como a solução mais vantajosa e legalmente amparada para superar as dificuldades expostas, assegurando:

Seleção de Fornecedores Habilitados: Realiza-se um processo robusto de habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira, formando um cadastro qualificado e confiável.

Flexibilidade e Aderência ao Mercado: A aquisição sob demanda permite cotar preços na data exata da compra, **respeitando a volatilidade do mercado** e garantindo preços justos e atuais, em total conformidade com o **Art. 79, III**.

Concorrência Permanente e Eficiência: A existência de múltiplos fornecedores credenciados permite que, a cada demanda, seja consultado aquele que oferecer a **melhor proposta momentânea**, mantendo vivo o **Princípio da Competitividade** de forma contínua e eficiente, com drástica redução de falhas e ganho de celeridade.

3. **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, verifica-se de forma incontestável que a realização de pregões para o objeto descrito é **inviável e antieconômica**, conforme comprovado pelo histórico de processos fracassados e desertos. A circunstância fática da volatilidade de preços, combinada com a reiterada incapacidade do pregão em gerar competição efetiva, justifica tecnicamente a opção pelo credenciamento.

O procedimento de credenciamento, fundado no **Art. 79, III**, da Lei 14.133/2021, mostra-se perfeitamente alinhado aos **Princípios da Economicidade, Eficiência e Razoabilidade**, conferindo à Administração a **agilidade, flexibilidade e segurança jurídica** necessárias para aquisição destes insumos críticos, estando em sintonia com entendimentos consultivos que endossam sua aplicação para bens comuns em situações como a ora vivida pelo IFRO.

Assim, face à **legalidade, oportunidade e vantajosidade** da medida, justifica-se plenamente a dispensa do procedimento de pregão e a adoção do procedimento de credenciamento para a contratação em tela.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Delmonico, Diretor(a) Geral**, em 29/08/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Telles Xavier, Coordenador(a) de Compras e Licitações**, em 10/09/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Donizete Campeiro Junior, Membro(a)**, em 15/09/2025, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro da Silva Rocha, Médico Veterinário**, em 16/09/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Macedo Santana, Professor(a) - EBTT**, em 16/09/2025, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dionei Joaquim Haas, Professor(a) - EBTT**, em 16/09/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILAS FERREIRA DE OLIVEIRA, Membro(a)**, em 16/09/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allan Bruno Marcial Barriviera, Professor(a) - EBTT**, em 16/09/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Duarte Monteiro Rezende, Membro(a)**, em 17/09/2025, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2756776** e o código CRC **0E2506DC**.